Parte 3

VIII - Gestão ambiental e desautorizações dos moradores em RDS: reserva de desenvolvimento sustentável - do Rio Negro - AM

Gimima Beatriz Melo da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, GBM. VIII – Gestão ambiental e desautorização dos moradores em RDS: reserva de desenvolvimento sustentável – do Rio Negro - AM. In: NEVES, DP., GOMES, RA., and LEAL, PF., orgs. *Quadros e programas institucionais em políticas públicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 219-240. ISBN. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

VIII

Gestão Ambiental e desautorizações dos moradores em RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável - do Rio Negro-AM

*Gimima Beatriz Melo da Silva*⁶⁸

O município de Novo Airão, no Estado do Amazonas, é cenário do exercício da pesquisa aqui textualizada, situação onde a gestão territorial, objetivada por instituições vinculadas tanto ao aparato do governo estadual quanto federal, também compõe um mosaico territorial construído pela orientação da política ambiental. Esta se apresenta como promotora de um novo paradigma de comportamento comunitário e cidadão, a ser politicamente desejada como prática cotidiana pelos moradores das comunidades tradicionais vis a vis o ambiente em que vivem. Esse novo comportamento, fruto de uma orientação ambientalista que se destina ao ordenamento no âmbito local, mas que se configura segundo referências elaboradas em nível global, cria situações em que, muitas vezes, o componente ambiental se sobrepõe ao social, desde que avaliado em termos de prioridade nos objetivos a serem atingidos com as ações de gestão territorial e ambiental, tais como adotadas pelas diferentes esferas governamentais de gestão.

A partir de narrativas dos habitantes da RDS do Rio Negro, localizada na Região do Baixo Rio Negro, neste texto, qualificados como beneficiários de um programa de recompensa por

68 Professora da Universidade do Estado do Amazonas, doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFF, bolsista do Programa RH-Doutorado-FAPEAM - gbeatriz2008@hotmail.com/gbsilva@uea.edu.br

serviços ambientais, enfoco a dinâmica e o inerente simbolismo das relações de poder constituídas em processos que envolvem a gestão territorial e ambiental nesta região. Este exercício se configura analiticamente no bojo de políticas públicas tecidas para referenciar a alcançar a sustentabilidade como valor universal e universalizante. Compreendendo tais ações no plano local, posso trazer, à análise, o cenário de consolidação das ações que envolvem tais outros comportamentos dos habitantes da RDS do Rio Negro, isto é, agentes econômicos que, em tese, devem internalizar formas diferenciadas de exploração dos recursos naturais contidos no interior da reserva onde habitam.

Assim enfocando as práticas de objetivação daquelas intenções políticas, não se pode perder de vista que opero analiticamente em cenário de ações pouco autônomas para os moradores de comunidades oficialmente qualificadas tradicionais, ou seja, aquelas que habitam o polo 01 da RDS do Rio Negro. Estão seus habitantes contrangidos a promover atividades produtivas que se coadunem com os objetivos do programa de pagamento por serviços ambientais, o Bolsa Floresta, recurso instrumental básico para consolidar, em nível estadual, as ações impetradas pelos distintos níveis nacionais e internacionais de gestão.

O município de Novo Airão

Novo Airão está localizado na margem direita do Rio Negro, a uma distância de 115 km de Manaus-AM, em linha reta. Seu acesso por meio fluvial é de 130 km (8 horas) e pela Estrada AM 070, Manaus/Manacapuru, no km 75, quando se tem acesso à AM 352, percorrendo-se mais 98 km até a cidade, percurso esse realizado em até 3 horas de viagem.

FOTO - Vista aérea de Novo Airão-Am

FONTE - Escaneada de cartão postal público

O povoamento da região teve início com ocupações das áreas ribeirinhas do Rio Negro, no século XVII. Em 1668, aparece um povoado nas proximidades da foz do Riacho Aruim, depois mudado para foz do Rio Jaú. Em 1759, seguindo as ordens do Marquês de Pombal, o nome atribuído ao povoado passa a ser Airão.

Durante muitos anos, o conhecimento das condições de vida dos moradores de Airão estava muito circunscrito ao plano local; ou aos que vivem o cotidiano das famílias aí residentes. Tanto é que, em 1950, as ruínas que marcaram a história do município encontravam-se em estado precário e hoje passam por um processo de tombamento pelo Instituto de Patrimônio Histórico Brasileiro (Iphan). Essas ruínas são compostas de 11 edifícios, do cemitério e da igreja do século XVIII, um símbolo da cidade. Há ainda, espalhados por Novo Airão, inúmeros sítios arqueológicos, todos do tipo petroglifo (gravações em pedras). Existem também pontos de habitações e acampamentos da época pré-histórica.

Cenário Econômico

A base da economia de Novo Airão assenta-se no setor secundário, pois o setor primário pouco contribui para sua economia. Naquele setor, pode-se destacar a construção de embarcações regionais, movelarias, serrarias, uma marcenaria, uma fábrica de gelo e uma olaria. No setor primário, a maioria dos produtos agrícolas e pecuários é destinada à subsistência. Pode-se relacionar, neste setor, um reduzido rebanho de gado bovino, aves domésticas, frutas regionais e mandioca, estando a atividade agrícola concentrada na produção de farinha e banana.

A agricultura praticada é de subsistência. Cultivam-se pequenas roças com área média de um hectare, por um período de aproximadamente dois anos e pousio de cinco anos. Essa prática agrícola obedece às técnicas tradicionais indígenas, ou seja, derrubam a mata, queimam a vegetação, coivaram e plantam, principalmente, a mandioca, banana, abacaxi, abacate, açaí, cupuaçu, milho e algumas verduras e legumes, com destaque para a comercialização da melancia.

O extrativismo baseia-se na exploração vegetal: a borracha, outras gomas e a castanha (em pequena escala). Em maior escala, as madeiras, como o louro-inhamuí, louro-preto, jacareúba, itaúba, copaíba, andiroba, macacaúba. Os principais pontos de extração da madeira são: Novo Airão, Igarapé Açu, Igarapé do Câmara e Igarapé Tumbira.

Ressalta-se, ainda, o artesanato local como atividade econômica e cultural, que requer o uso dos recursos naturais da região pelos moradores locais. A fabricação de biojoias tornou-se uma alternativa econômica utilizada principalmente pelas moradoras da comunidade Tiririca, a primeira comunidade localizada no polo 01 da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

FOTO - Comércio de Artesanato em Novo Airão

FONTE– Foto Gimima Beatriz Melo da Silva, maio 2011

São muito utilizados os produtos extrativistas, como a palmeira arumã (*Calathea* sp.), o cipó-titica (*Heteorpsis spruceana*), o cipó-timbó (*Derris* sp.) e outros. O artesanato de Novo Airão ganhou destaque internacional depois do surgimento da organização não governamental Fundação Almerinda Malaquias que, há doze anos, gerencia a atividade no município. A Ong se dedica à luta contra a extinção do peixe-boi e ao processo de conscientização e educação ambiental, envolvendo crianças, através de projetos desenvolvidos com a ajuda da *Association Ailleurs Aussi*, Suíça. Os projetos incluem uma escola silvestre, com o objetivo de manter e conservar 32 hectares de floresta.

O turismo ecológico vem se firmando como uma alternativa econômica em Novo Airão. O Parque Nacional de Anavilhanas figura como um grande atrativo turístico do município de Novo Airão. No período da vazante dos rios, que no Amazonas ocorre entre os meses de julho e dezembro, são inúmeras as praias que surgem, fazendo então emergir um movimentado comércio na

cidade de Novo Airão, com a frequente presença de turistas que buscam as pousadas locais, hotéis de selva, unidades de prestação de serviços que oferecem passeios ecológicos diurnos e noturnos. Além disso, um dos maiores atrativos no município, qual seja alimentar os botos vermelhos e com eles nadar no Rio Negro.

FOTO -Turista com boto vermelho em Novo Airão

FONTE - Gimima Beatriz Melo da Silva, julho 2010.

A ilha mais próxima da sede do município fica a 2,5 km de distância. Nela, um grande número de lagos é visitado por pescadores artesanais, que têm permissão somente para essa modalidade de pesca, tendo em vista a proibição de atividades como caça e pesca no interior dos parques.

Comumente, nas fachadas das casas, há placas com anúncios de oferta de passeio de lancha para o Arquipélago de Anavilhanas; embora o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio tenha uma presença forte de controle, tanto em relação ao Parque Nacional de Anavilhanas quanto ao acesso ao Parque Nacional do Jaú.

A dinâmica da Regulação Fundiária em Novo Airão-AM

Ao longo da rodovia AM-352, Manaus-Novos Airão, chama atenção a movimentação de habitações recentes, ainda que haja toda uma ação de interdição pelo Instituto de Terras do Estado do Amazonas – ITEAM, que afixa placas de advertência quanto ao crime de grilagem de terras públicas. Esses anúncios já são percebidos desde o porto do Cacau Pirêra, onde atracavam as balsas que, até outubro de 2011, faziam a travessia do Rio Negro, de Manaus para aquela localidade. Neste momento, estabeleceu-se a ligação da capital Manaus com os municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, mediante a inauguração da Ponte Rio Negro. A cerimônia foi estrategicamente realizada no dia 24 de outubro de 2011, data do aniversário da cidade de Manaus, constituindo-se em evento que contou com a presença de autoridades locais, como prefeitos das cidades envolvidas, o governador do Estado do Amazonas, senadores do Amazonas e a presidente da República.

O município de Novo Airão, nos últimos anos, tem sido objeto de recorrentes processos de grilagem, processos agravados com o advento da construção da ponte sobre o Rio Negro, visto que hoje liga, com mais rapidez, aquele município a Manaus, e com ele, os municípios de Manacapuru e Iranduba. Oferecendo acesso mais rápido, a interligação entre as referidas cidades levou à especulação imobiliária, fato que tem motivado a campanha de advertência que atualmente o ITEAM impetra quanto a esse crime naquela região.

A intensificação de uma onda de invasões, explicitadas pelas queimadas por elas provocadas, é visível às margens dessa rodovia. Elas foram frequentes em 2009; e em julho de 2010, voltaram a se intensificar, causando prejuízo aos moradores que possuem títulos legalizados, pois as queimadas saem do controle e invadem propriedades antigas. Esse fato levou a gestão da prefeitura do município a anunciar um Plano Municipal de Combate às Queimadas, com o objetivo de fiscalizar e proteger toda a zona rural do município.

FOTO - Queimada ativa na estrada de acesso a Novo Airão

FONTE - Gimima Beatriz Melo da Silva, julho 2010

No Amazonas, como nas demais unidades da federação, o ordenamento territorial vincula-se à necessidade de regularização fundiária, cujo processo, por sua vez, está diretamente relacionado ao conjunto de fatores econômico, político e socioambiental que estruturam a organização do espaço territorial, sua ocupação, destinação e, assim, o controle das terras públicas. O conflito pelo acesso à propriedade da terra contribuiu para o aparecimento de uma legião cada vez maior de posseiros em situação irregular, tornando-se excluídos de programas e iniciativas da esfera governamental.

Isso tem gerado condições propícias para a instalação de grandes empresas madeireiras que, vindo a se favorecer pela precariedade de alternativas econômicas da população local, realizam suas atividades de forma predatória. Por consequência, no Estado do Amazonas, a aceleração do desmatamento vem contribuindo para o aumento incontrollável de grilagem em terras públicas.

O Mosaico do ordenamento territorial no Baixo Rio Negro

O município de Novo Airão possui uma extensão territorial de 37.771,2 Km² e, atualmente, 80% dessa área é protegida por unidades de conservação ou reservas indígenas, o que instiga a uma análise do seu atual contexto territorial. Localizado às margens do Rio Negro, o município dá acesso, entre outras, a duas grandes áreas de proteção ambiental: o Parque Nacional de Anavilhanas e o Parque Nacional do Jaú. Nesse processo, a região apresenta-se como um verdadeiro mosaico no que tange à visualização político-territorial desses espaços, como é possível conferir na imagem a seguir.

IMAGEM – Mosaico das unidades de conservação da bacia do Baixo Rio Negro

FONTE- Fundação Vitória Amazônica

O Parque Nacional de Anavilhanas, assim denominado desde outubro de 2008, antes denominado Estação Ecológica de Anavilhanas, criada em 1981, é um dos maiores arquipélagos fluviais do mundo, localizado numa área de 350.018 hectares. Comporta uma formação de cerca de 400 ilhas, que se transformam num atrativo turístico no período da vazante dos rios. Estando na

categoria II de áreas protegidas, o Parque Nacional constitui-se em área protegida, manejada principalmente para a conservação de ecossistemas e com fins de recreação.

O Parque Nacional do Jaú, criado em 1980, com uma área de 2.272.000 ha, é sítio do Patrimônio Natural Mundial da UNESCO. Situa-se a 220 km de Manaus. É o maior parque nacional do Brasil e o maior parque do mundo em floresta tropical semiúmida e intacta. O nome Jaú, oriundo do tupi, denomina um dos maiores peixes brasileiros e também o rio que banha o Parque. A região constitui uma importante amostra dos ecossistemas amazônicos. Os estudos botânicos desenvolvidos no Parque, até o momento, apresentam cerca de 400 espécies de plantas. Várias destas espécies estão restritas a determinados ambientes ali encontrados. As matas de igapó e de terra firme possuem composições de plantas totalmente diferentes. Espécies como a *Macaricuia* e o *Macucu* do igapó só são encontradas em matas inundadas. Muitos pesquisadores têm encontrado rica e diversificada fauna no Parque, até o momento estando catalogadas 263 espécies de peixes, algumas até então não conhecidas pela ciência.

Esse parque constitui-se em Unidade de Conservação Ambiental sob controle mais rígido pelo ICMBio, uma vez que famílias que já habitavam o interior do Parque, antes de ele ser criado administrativamente, têm passado por um processo que Santos (2002, p.26) denominou de ambientalização, ou seja “...o processo levado a cabo por uma proliferação discursivo-técnico-científica articulada em todos os âmbitos da vida econômica, política e cultural moderna – que transforma a natureza em ambiente.”

Luiz Fernando de Sousa Santos parte da ideia de que, no discurso ambientalista contemporâneo, com o exercício do biopoder, a natureza foi transformada em ambiente, os territórios reconfigurados em função do equilíbrio ecológico da terra. E grupos sociais diversos foram transformados em sociedades ecologizadas, biologizadas e ambientalizadas.

O efeito da emergência da questão ambiental tem se mostrado na reafirmação da necessidade de uma vigilância ambiental, redimensionando assim o discurso das corporações e agências estatais.

Consequentemente, a realidade social desses habitantes de áreas protegidas se adéqua a uma nova ordem, que traz consigo uma nova conduta, estabelecida a partir da autoridade que exerce poder e cria um discurso performativo.

Em conversa com moradores locais, percebe-se certa insatisfação quanto à presença do ICMBio regulando esse acesso, bem como (re)nomeando espaços antes configurados por princípios próprios de territorialização (ou apropriação coletiva), portanto, reconhecidos pelos moradores por outras categorizações. Registrados por esse instituto com outras formas de denominação, com elas, os aí nativos não se identificam. É o caso de um lago chamado pelos moradores locais de “Lago Apacú” e denominado pelo ICMBio de “Lago do Carão”.

[...] o IBAMA [hoje ICMBio] deu o nome de Carão, mas nós caboclos daqui conhecemos como lago do Apacú [...] Apacú ou Carão, mas o povo conhece mais como Apacú aí na cidade. (entrevista realizada com morador da sede do município de Novo Airão em 10/07/2010).

Na narrativa do morador local, percebe-se o quanto ele se preocupou em enfatizar a dupla denominação que o lugar possui, sendo uma delas mais utilizada, por ser, aparentemente, aquela com a qual mais se identifica.

O estudo de unidades de conservação contempla a discussão conceitual do território sob várias abordagens (biológica, cultural e econômica), além da possibilidade de propiciar a análise da problemática da desterritorialização, hoje tão importante no campo de embate diante de investimentos por apropriação capitalista e preservação ambiental.

O processo de criação das unidades de conservação, no mundo atual, vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental. E, no Amazonas, não é diferente. Esse processo, segundo o discurso construído no interior da instituição estatal, visa a reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (desterritorialização

das espécies da flora e fauna). Entretanto, esse processo tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais (tradicionais ou não), em várias partes do mundo.

Dessa forma, considera-se que o processo de criação de espaços territoriais como Unidades de Conservação está impregnado de relações de poder, no sentido aplicado por Bourdieu (1998). O campo em que se dá a atuação do Estado, exercendo seu poder de regulamentar um novo paradigma de relacionamento, é o mesmo onde se dá a relação pré-estabelecida entre o homem e a natureza, mas segundo moldes que não sofriam anteriormente uma intervenção externa.

Nesse contexto, o exercício do poder público se encontra atrelado à Política Nacional de Meio Ambiente, pela qual está contemplada a criação de Unidades de Conservação como orientação de ordem social mais ampla; ou que assume dimensões planetárias, no sentido de adotar novos paradigmas na relação estabelecida entre a pressuposta subdivisão entre ambiente social e natural. Ao criar as áreas de conservação, os porta-vozes do Estado estabelecem um caráter impositivo diante dos moradores dessas áreas, redirecionando suas práticas em relação àquele meio.

A Reserva de desenvolvimento sustentável do Rio Negro e os guardiões da floresta

Os textos a seguir, comentados, integram a lei complementar n. 53, de 05 de junho de 2007, que cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC; e a lei n. 3.355, de 26 de dezembro de 2008, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Eles podem ser considerados como estratégias de difusão do ideário que associa a conservação da biodiversidade à qualidade de vida da população que habita em áreas protegidas. Nesta última investidura jurídico-administrativa, pode-se supor que o argumento da preservação ambiental chega com mais poder de persuasão aos

moradores das áreas alvo de políticas ambientais de caráter conservacionista, ao contemplar ações de ordenamento territorial.

Art. 4.º O SEUC **tem os seguintes objetivos:** (...) - promover o desenvolvimento sustentável e **a melhoria da qualidade de vida das populações locais, regionais e globais, especialmente das comunidades tradicionais** (Lei complementar n. 53 de 05/06/2007, grifo nosso):.

Art. 3º - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO **tem como objetivo** básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e **a melhoria dos modos e da qualidade de vida e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais**, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o saber e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações. (Lei 3.355, de 26/12/2008, grifo nosso)

Dessa forma, a gestão ambiental pressupõe, muitas vezes, a gestão do ordenamento territorial. Tanto é que os dados percentuais revelam um cenário que denota o estabelecimento de um Estado pautado na busca de um novo comportamento frente às questões ambientais de nível local, mas também promovendo reflexos em nível global. Como exemplos, desfilam-se dados estatísticos frequentemente divulgados, que se reportam à redução do desmatamento no interior da Região Amazônica, mais precisamente nas áreas protegidas, como as RDS's do Amazonas. Por outro lado, o aspecto do exercício do poder, tão bem enfatizado nas análises de Pierre Bourdieu (1998), toma corpo quando, por exemplo, se verifica que, entre 2003 e 2006, houve um aumento de quase 128% na superfície das Unidades de Conservação Estaduais – UCE. Ela passou de 7,4 milhões de hectares, até 2002, para 16,9 milhões de

hectares, em 2006. Atualmente, as UCE somadas às federais correspondem a mais de 22% da superfície total do Estado. Além disso, há 45,7 milhões de hectares de terras indígenas, das quais mais de 85% já foram demarcadas.

Ressalta-se, ainda, que os moradores de comunidades tradicionais, que habitam em áreas protegidas na região do Baixo Rio Negro, apresentam uma história de animosidade estabelecida com as instituições responsáveis pela gestão e fiscalização dessas áreas. Como exemplo mais emblemático dessa relação de animosidade, pode ser considerado o episódio referente à criação do Parque Nacional do Jaú. Esse Parque Nacional foi criado de forma sobreposta a uma área de quilombo, onde já havia moradores que tinham a base de sua atividade econômica na exploração dos recursos naturais. A criação desse Parque foi objeto de vários estudos acadêmicos, entre os quais destaco o realizado por Santos (2002), que explorou o fenômeno a partir da noção de biopoder desenvolvida por Pierre Bourdieu.

No período que se seguiu à criação do Parque, a fiscalização foi intensificada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, impondo aos habitantes locais uma situação de autovigília constante. Mesmo assim, as atividades, agora proibidas, de exploração de recursos naturais, madeira, pescado, cipós etc., continuaram a ser realizadas de forma clandestina, levando a muitas apreensões, autuações e gerando constantes conflitos.

Essa relação conflituosa pode-se supor tem origem na forma como as áreas protegidas, como o Parque Nacional do Jaú e o de Anavilhanas, foram criadas na Região do Baixo Rio Negro: antes de 2003, ou seja, sem a base democrática da participação comunitária, que promove a comunicação entre as instituições de gestão e os habitantes locais, tal como retratado na narrativa, a seguir, de um habitante da RDS do Rio Negro:

Nosso conflito sempre foi com o IBAMA. Então foram nossos amigos presos, e daí começou-se um movimento, e daí o governo começou a se envolver. Nós começamos a nos manifestar, o governo começou a se envolver e

nós começamos a debater de frente com ele sobre criação de Reserva sem consultoria da família, do morador que vivia ali, não tinha nenhum respeito com ele. E o IBAMA só queria prender, prender, e não traz solução, não mostra solução. E aí? A família vai viver de quê? Se for aquilo que foi passado de geração pra geração e todo mundo foi se habituando a cortar madeira e não tinha jeito, ninguém sabia fazer outra coisa? (...) O IBAMA ele só ia à comunidade atrás do caboclo que serrava, era aquele negócio (...) mas não trazia uma educação ambiental, uma solução, tipo: – Olha pessoal, precisa criar um plano de manejo pra que vocês possam trabalhar. (Entrevista com Morador da comunidade Terra-Preta em Novo Airão, maio de 2011- informação verbal)

No período compreendido entre 2003 e 2010, a gestão territorial estadual coaduna-se com a política ambiental traçada pelo governo federal para aquela Região, no sentido de implantar estratégias voltadas à redução do desmatamento e à exploração de recursos pesqueiros em escala comercial. Nesse sentido, a criação de Áreas de Proteção Ambiental tornou-se uma prática intensificada na Região, levando a um cenário onde cerca de 80% do município de Novo Airão configura-se em áreas de proteção. Estas áreas, sejam federais ou estaduais, contribuíram para a redução dos índices de emissão de carbono, o que numa escala global, acredita-se que contribua para o equilíbrio do clima no planeta.

Assim, percebe-se, nessa estratégia, o compromisso com a qualidade do ar em escala global, assumido pelo Estado brasileiro no período em análise. Entretanto, os componentes utilizados no plano das estratégias políticas de gestão têm natureza distinta. Por um lado, tem-se o aumento da fiscalização por parte do governo federal, que se dá através da criação de áreas de proteção ambiental de uso proibido, aumentando assim o contingente utilizado na

fiscalização, que agora se faz por intermédio de dois institutos, a saber, o IBAMA e o ICMBio.

Por outro lado, no plano estadual, optou-se pela criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável, onde a exploração dos recursos é permitida, mas de forma controlada, bem como no envolvimento dos habitantes dessas áreas na sua fiscalização. O componente utilizado para esse envolvimento foi um programa de pagamento por serviços ambientais, aliado ao discurso no qual os próprios moradores se tornariam os fiscais, ou seja, os “guardiões da floresta”, como é possível observar a partir da narrativa a seguir:

Com a primeira reunião que teve (...) o rapaz que veio lá, ele falou: – Olha, uma coisa eu vou falar pra vocês (...) essa reserva ela não é intocável pra vocês, sabe por quê? Isso aqui é sustentável, isso aqui é pra conservar. A conservação ela não é intocável não (...) vocês mesmos vão ser fiscais dentro da comunidade de vocês, não é preciso colocar fiscais não, vocês mesmos vão fiscalizar. Qualquer coisa, se não quiserem obedecer, vocês passam um rádio e aí a gente vai pegar aí na “boca” (do rio). (Entrevista realizada com morador da comunidade Nova Esperança, 68 anos, em maio de 2011- informação verbal)

A legítima significação que envolve a denominação aplicada ao Programa Bolsa Floresta atua como um elo entre o homem do interior e o meio em que vive. Leva-o a uma aceitação mais rápida das limitações impostas pelo programa proposto para atingir seus objetivos. Envolve, em última escala, a redução do desmatamento por derrubadas, queimadas e, com isso, a redução de emissão de carbono (CO₂) que leva ao processo de mudança climática. Na narrativa a seguir apresentada, é possível perceber esta associação e consequente aceitação.

Primeira coisa é que nós não podemos mais desmatar a floresta, e eu apoio isso aí. Sobre

as outras coisas eu já quase não entendo. Hoje nós não temos mais terra aqui, hoje nós somos morador (...) ninguém pode mais entrar nas florestas como se fazia de primeiro, que a gente entrava nessas matas e, como diz o pessoal, (abusava né?). Hoje não, hoje nós temos uma lei que nós não podemos mais cortar madeira, né? E não se pode ir contra a lei. (Entrevista realizada com morador da comunidade Nova Esperança, 78 anos, em maio de 2011- informação verbal).

Viana (2008) destaca que a região denominada Amazônia Profunda, onde se localiza a RDS do Rio Negro, é caracterizada por uma pequena taxa de desmatamento, inferior a 2%, elevada proporção de áreas protegidas, tais como terras indígenas e unidades de conservação, presença de populações tradicionais e indígenas e dificuldade de acesso por estradas. O programa de incentivo financeiro aos moradores das Unidades de Conservação Estaduais, classificadas como Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS foi proposta formulada no âmbito da Lei Estadual n. 3.135 sobre Mudanças Climáticas de 05 de junho de 2007, e vem sendo aprimorada desde então.

O auxílio em dinheiro, concedido por meio do Programa Bolsa Floresta, é entendido pelos porta-vozes do governo como um incentivo necessário para que os beneficiários do programa evitem, em suas atividades produtivas, a adoção de práticas que promovam o desmatamento. Pressupõe assim que a conservação das florestas resulta dessas atitudes. Assim sendo, o papel de “guardiões da floresta” é legado a esses moradores de Unidades de Conservação que assumem uma postura pautada na consciência ambiental e se comprometem a não praticar atividades impactantes ao meio em que vivem. Assim, para que prestem esse serviço, o mecanismo contraposto foi o de auxílio financeiro, programas educacionais e também incentivos para que as terras tradicionalmente ocupadas continuem a ser trabalhadas de forma tradicional.

Entretanto, a efetivação de projetos alternativos para geração de renda depende, em grande escala, de articulação de atividades realizadas pelos comunitários, pois estes precisam prestar contas à Fundação Amazônia Sustentável (FAS), quanto ao emprego de tais recursos que são disponibilizados anualmente para as comunidades que são beneficiárias desse programa. Por tais estímulos, essas comunidades são levadas, pela necessidade, a um processo de organização social e política que muitas ainda não haviam experimentado.

Assim, em comunidades onde se instituíram indivíduos considerados mais proativos, tal como é o caso da comunidade Nova Esperança, esse novo contexto de relacionamento mais próximo com as instituições gestoras da RDS e do Programa Bolsa Floresta tem levado à realização de pequenas melhorias, que beneficiam, de forma geral, a comunidade. Tal é o caso da aquisição de uma antena para o acesso à internet pela escola, mediante recurso do componente Bolsa Floresta Social; e a implantação do horário escolar noturno para atender à necessidade de alfabetização de adultos; bem como o projeto de agregar valor à madeira oriunda do manejo florestal, através da implantação da marcenaria na comunidade, equipada com recursos do componente Bolsa Floresta Renda. Por outro lado, a dificuldade de articulação interna que levou ao atraso na realização da obra de construção de uma pousada na Comunidade Tiririca, veio a penalizar a comunidade com a não liberação do recurso referente ao exercício 2011 do componente Bolsa Floresta Renda. Essas situações imprimem dificuldades futuras de implantação de novos projetos de geração de renda na comunidade pela FAS. O arrolamento desses fatos denota certa disparidade no cenário de organização social e política das comunidades do polo 01 da RDS do Rio Negro; situação que não se coaduna com um dos objetivos da criação daquela RDS, qual seja: a promoção da melhoria da qualidade de vida desses comunitários como um todo, e não parcialmente. Afinal, o compromisso assumido por eles de desmatamento zero, requer a compensação através da implantação desses tipos de programas. Numa avaliação fundamentada na observação, pode-se argumentar que há fraca articulação entre comunitários

na elaboração dos projetos gestados por eles; portanto, os procedimentos não se limitam apenas à aprovação ou não dos projetos/programas, tal como anuncia a normatização que orienta a utilização dos recursos disponíveis junto a FAS.

Considerações Finais

Posso inferir com base nos relatos aqui apresentados que, se antes o território se instituía a partir dos significados que as identidades coletivas davam a um espaço tornado próprio pelos que a ele se pensavam pertencentes, no contexto político atual, a institucionalidade formal se baseia em significados que a ideia de desenvolvimento preconiza. De modo relativamente velado, esse novo paradigma de desenvolvimento remete mais ao entendimento do que seria, segundo Schweickardt (2001), um “capitalismo domesticado”, tecnicamente denominado de desenvolvimento sustentável, que ocorre quando se pretende tratar a ideia de desenvolvimento casada à de conservação dos recursos naturais, sobretudo, os não-renováveis.

Assim, as relações de poder construídas, no âmbito da definição de novas configurações do território e do modo através do qual os habitantes locais devem relacionar-se com essa nova configuração, marcam o contexto atual de gestão nesse município amazônico, cuja principal característica está relacionada a essa nuance da ambientalização e/ou ecologização, conforme assinala Santos (2002).

O que se observa no exemplo da região do Baixo Rio Negro, onde se localiza o município de Novo Airão, é a gestão desse território em relativa conformidade aos preceitos da política ambiental assumida pelo Estado nacional, mas orientada por valores consagrados pela comunidade política internacional. Entretanto, no âmbito estadual, a estratégia do exercício do poder sobre o ordenamento do território encontra, no elemento da compensação por serviços ambientais e através dos programas direcionados aos habitantes de Reservas Estaduais de Desenvolvimento Sustentável, uma forma de alcançar os objetivos da conservação dos recursos. E para tanto,

associa-se a essa estratégia a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais que habitam nessas reservas.

Até então, no âmbito estadual, o poder estabelecido através dos programas implantados juntos às RDS estaduais tem conseguido atingir às metas de redução do índice de desmatamento, utilizando, para tanto, a estratégia do pagamento por serviços ambientais e o apelo simbólico de se transformar os habitantes locais em “guardiões da floresta”. Contudo, a estratégia adotada, pelo menos no âmbito do governo federal, esteve sempre associada ao que Ramachandra Guha (2000) trata como “ecologia profunda”. Ele assim qualifica as condições observáveis entre populações que habitam os Parques Nacionais do Jaú e Anavilhanas, além de não serem beneficiárias de nenhum programa dessa natureza, muitas vezes foram submetidas a uma realocação em favor de projetos baseados numa biologia preservacionista.

Ao perceber essas populações como objeto de vigília constante e submetidas a inúmeras restrições quanto ao uso dos recursos naturais que se encontram nas áreas por elas habitadas, desde antes de serem definidas como Áreas Protegidas, nota-se a existência de uma heterogeneidade marcada pelas estratégias adotadas no exercício do poder político no âmbito estadual e federal no que se refere a gestão desse território.

Nesse contexto, em que o exercício do poder político apresenta distintos aspectos, pode-se recorrer a interpretações acenadas por Balandier (1997), quando afirma que o poder na modernidade “*leva suas novas inscrições, define suas estratégias, sai à procura de formas melhor ajustadas.*” (Balandier, 1997, p.20). Sob essa ótica, reafirmo que a dinâmica da gestão territorial na Região do Baixo Rio Negro constitui-se por um cenário complexo: ela retrata justamente a heterogeneidade no exercício do poder e na busca de estratégias mais ajustadas para atingir ao objetivo do ordenamento do território, seja com base na conservação ou na preservação.

Referências

AMAZONAS (Estado). **LEI nº 3.355 de 26 de dezembro de 2008**. Governo do Estado do Amazonas (cria da RDS do Rio Negro e estabelece outras providências).

AMAZONAS (Estado). **LEI Ordinária nº 3135/2007 de 05 de junho de 2007**. Governo do Estado do Amazonas (institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências).

BALANDIER, Georges. **O contorno: poder e modernidade**. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Guha, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: Diegues, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **O panóptico verde: a ambientalização da Amazônia através do Parque Nacional do Jaú**. (Dissertação de Mestrado). Manaus: UFAM, 2002.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. **Um olhar sobre a produção do espaço na Amazônia: os encontros e desencontros entre a política de reforma agrária e a política ambiental no Estado do Amazonas**. (Dissertação de Mestrado). Manaus: UFAM, 2001.

SDS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento no Amazonas**. Manaus, jul.2009.

SEPLAM-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Perfil da Região Metropolitana de Manaus**. Manaus, 2007.

VIANA, Virgílio. Bolsa Floresta um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. In: **Estudos Avançados**. v.22, n.64. São Paulo: Dez. 2008.